

## Evolução da despesa dos Poderes, 1999-2014

### Considerações iniciais

Este trabalho analisa a evolução da despesa dos Poderes no período 1999-2014 e sua participação na receita corrente líquida (RCL), como também seu crescimento em valores constantes de 2014.

Em trabalhos anteriores, em se tratando dos Poderes, consideramos a RCL somente da administração direta. Neste trabalho, porém, para manter uniformidade com os demais Estados selecionados, consideramos os dados consolidados, isto é, a RCL da administração direta e indireta, somadas. Por isso, os percentuais de comprometimento da despesa apurados para o Estado do RS são um pouco menores que os anteriores.

### 1. Evolução da despesa por Poder

#### 1.1. Em percentual da RCL

A Tabela 1.1 apresa a despesa em R\$ 1.000,00 constantes, desde 1999, que é analisada nas tabelas seguintes.

Anos	Despesa ajustada (*)	Legislativo		Poder Judiciário	Ministério Público	Defensoria Pública	Outros Poderes	Poder Executivo (**)	RCL
		Assembleia	TCE						
1999	17.358.447	411.880	239.680	1.444.558	392.754	-	2.488.873	14.869.574	15.724.559
2000	18.425.974	376.294	223.210	1.427.261	387.835	-	2.414.600	16.011.374	16.955.616
2001	18.964.858	462.131	255.462	1.541.723	440.739	-	2.700.054	16.264.804	18.286.716
2002	19.123.537	477.679	293.722	1.796.854	531.180	-	3.099.435	16.024.102	18.815.554
2003	18.991.914	444.570	268.377	1.846.538	597.784	-	3.157.269	15.834.646	18.947.924
2004	19.566.292	426.787	260.324	1.878.176	657.891	-	3.223.178	16.343.113	19.633.617
2005	20.016.352	472.034	289.887	2.069.970	712.833	-	3.544.723	16.471.629	20.946.625
2006	21.062.982	481.315	324.126	2.215.261	744.787	89.907	3.855.395	17.207.587	21.790.322
2007	20.770.731	439.678	311.583	2.171.625	732.992	94.335	3.750.213	17.020.519	22.302.564
2008	23.521.833	440.478	312.772	2.386.168	710.506	114.398	3.964.321	19.557.511	24.969.099
2009	22.580.963	426.244	315.451	2.429.015	722.134	132.076	4.024.920	18.556.043	24.803.828
2010	26.986.217	444.638	335.261	2.471.404	748.106	173.427	4.172.836	22.813.381	27.959.953
2011	25.874.350	455.995	347.664	2.468.294	748.141	198.323	4.218.418	21.655.932	27.615.016
2012	27.263.445	469.012	385.035	2.498.751	794.274	213.895	4.360.967	22.902.478	28.229.936
2013	29.480.027	487.433	412.052	2.543.552	803.208	242.442	4.488.688	24.991.339	29.837.708
2014	31.793.888	524.342	446.336	2.761.836	842.404	248.497	4.823.415	26.970.473	30.790.610

Fonte: Elaboração própria com base nos balanços e RREOs do Estado.

(\*) Despesas total excluídas as intraorçamentárias, o serviço da dívida e as transferências aos Municípios.

(\*\*) Inclui administração direta e indireta.

Pela Tabela 1.2, vemos que a Assembleia Legislativa reduziu sua participação na RCL de uma média de 2,5% no período 1999-2002, continuamente, culminando com 1,7% no período 2011-2014. O TCE manteve-se estável no período em torno de 1,4% da RCL. Deve ser salientado, no entanto, que a RCL cresceu 4,6% ao ano no período, conforme é destacado mais adiante. Por isso, manter-se no mesmo patamar de gasto ainda é excessivo para um Estado que precisa reduzir o déficit sensivelmente. O Poder Judiciário também ficou praticamente no mesmo patamar, comprometendo perto dos 9% da RCL.

Tabela 1.2. Despesas dos Poderes em % da RCL entre 1999 e 2014

Anos	Despesa ajustada	Legislativo		Poder Judiciário	Ministério Público	Defensoria Pública	Outros Poderes	Poder Executivo (*)	RCL (*)
		Assembleia	TCE						
1999	110,4	2,6	1,5	9,2	2,5	-	15,8	94,6	100,0
2000	108,7	2,2	1,3	8,4	2,3	-	14,2	94,4	100,0
2001	103,7	2,5	1,4	8,4	2,4	-	14,8	88,9	100,0
2002	101,6	2,5	1,6	9,5	2,8	-	16,5	85,2	100,0
2003	100,2	2,3	1,4	9,7	3,2	-	16,7	83,6	100,0
2004	99,7	2,2	1,3	9,6	3,4	-	16,4	83,2	100,0
2005	95,6	2,3	1,4	9,9	3,4	-	16,9	78,6	100,0
2006	96,7	2,2	1,5	10,2	3,4	0,4	17,7	79,0	100,0
2007	93,1	2,0	1,4	9,7	3,3	0,4	16,8	76,3	100,0
2008	94,2	1,8	1,3	9,6	2,8	0,5	15,9	78,3	100,0
2009	91,0	1,7	1,3	9,8	2,9	0,5	16,2	74,8	100,0
2010	96,5	1,6	1,2	8,8	2,7	0,6	14,9	81,6	100,0
2011	93,7	1,7	1,3	8,9	2,7	0,7	15,3	78,4	100,0
2012	96,6	1,7	1,4	8,9	2,8	0,8	15,4	81,1	100,0
2013	98,8	1,6	1,4	8,5	2,7	0,8	15,0	83,8	100,0
2014	103,3	1,7	1,4	9,0	2,7	0,8	15,7	87,6	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos balanços e RREOs do Estado.

(\*) Receitas correntes de toda a administração (direta e indireta) menos transferências intra e ao Fundeb e Municípios.

A Defensoria Pública dobrou sua participação na RCL, passando de 0,4% em 2006 para 0,8% em 2014. O Ministério Público, embora tenha crescido em relação aos quatro primeiros anos da série, reduziu em relação aos dois últimos períodos governamentais anteriores.

**O Poder Executivo reduziu sua participação desde 1999, mas aumentou muito no último período governamental, passando de 81,6% em 2010 para 87,6% em 2014, mais de 7% acima da RCL.**

O gráfico 1.1 ilustra melhor a participação dos Outros Poderes na RCL, que vinham crescendo até 2006, quando alcançaram 17,7%, caindo para 14,9% em 2010 (quase 3 pontos percentuais a menos), crescendo após até alcançar 15,7% em 2014.

O crescimento real da despesa apresentado no item seguinte demonstra melhor o fenômeno.

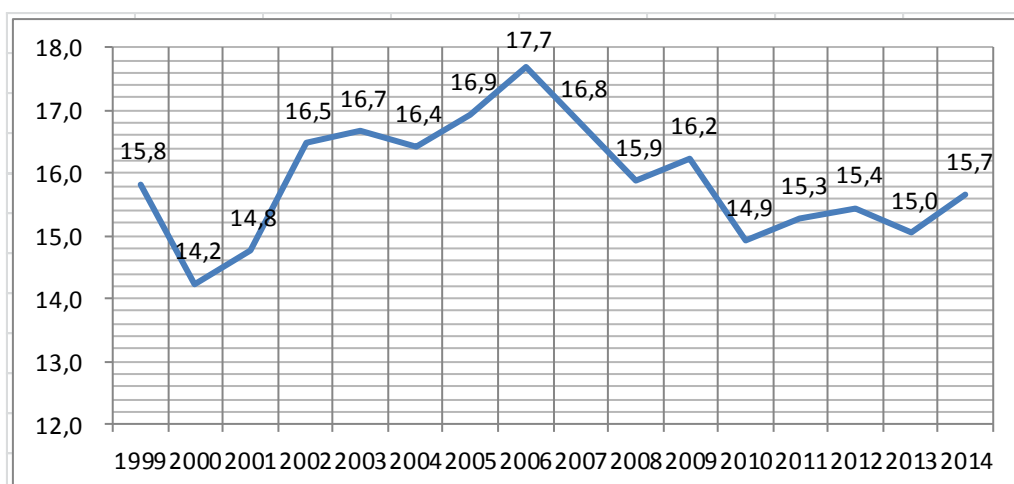


Gráfico 1.1. Despesas dos Outros Poderes em % da RCL

Fonte: Tabela 1.2.

## 1.2. Crescimento absoluto da despesa

Outra maneira de analisar esse fato está na evolução da despesa, constante da tabela 1.3, onde podemos constatar o seguinte:

- No período **1999-2014**, a RCL cresceu a uma taxa real de 4,6%. A Assembleia Legislativa foi o órgão que **menos cresceu a despesa, 1,6% ao ano**. O TCE e o Poder Judiciário cresceram quase igual à RCL. Já o Ministério Público (5,2%) cresceu acima dela, e a Defensoria Pública (13,6%), cresceu o triplo. Esta última, por ser um órgão novo, mas precisa rever seus gastos.
- No **último período governamental**, a RCL cresceu a uma taxa real de apenas 2,4%. Todos os órgãos cresceram mais, sendo: Assembleia, 4,2%; TCE, 7,4%; Poder Judiciário, 2,8%; Ministério Público, 3%; Defensoria, 9,4%; Poder Executivo, 4,3%.
- Da mesma forma, **no último ano**, para uma RCL de 3,2% reais, os Outros Poderes cresceram a uma taxa de 7,5%, mas o **Executivo cresceu ainda mais, 7,9%**. Isoladamente, o Poder Judiciário cresceu 8,6%; o TCE, 8,3% e a Assembleia Legislativa, 7,6%. A despesa total ajustada cresceu 7,8%, bem mais que o dobro da RCL. No último ano do período governamental anterior houve **uma ganstança generalizada** em todos os Poderes.

Tabela 1.3. Evolução da despesa dos Poderes em valores constantes, entre 1999 e 2014

Anos	Despesa ajustada	Legislativo		Poder Judiciário	Ministério Público	Defensoria Pública	Outros Poderes	Poder Executivo	RCL (*)
		Assembleia	TCE						
1999	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		100,0	100,0	100,0
2000	106,1	91,4	93,1	98,8	98,7		97,0	107,7	107,8
2001	109,3	112,2	106,6	106,7	112,2		108,5	109,4	116,3
2002	110,2	116,0	122,5	124,4	135,2		124,5	107,8	119,7
2003	109,4	107,9	112,0	127,8	152,2		126,9	106,5	120,5
2004	112,7	103,6	108,6	130,0	167,5		129,5	109,9	124,9
2005	115,3	114,6	120,9	143,3	181,5		142,4	110,8	133,2
2006	121,3	116,9	135,2	153,4	189,6	100,0	154,9	115,7	138,6
2007	119,7	106,7	130,0	150,3	186,6	104,9	150,7	114,5	141,8
2008	135,5	106,9	130,5	165,2	180,9	127,2	159,3	131,5	158,8
2009	130,1	103,5	131,6	168,1	183,9	146,9	161,7	124,8	157,7
2010	155,5	108,0	139,9	171,1	190,5	192,9	167,7	153,4	177,8
2011	149,1	110,7	145,1	170,9	190,5	220,6	169,5	145,6	175,6
2012	157,1	113,9	160,6	173,0	202,2	237,9	175,2	154,0	179,5
2013	169,8	118,3	171,9	176,1	204,5	269,7	180,4	168,1	189,8
2014	183,2	127,3	186,2	191,2	214,5	276,4	193,8	181,4	195,8
<b>Taxas</b>									
2000-14	4,1%	1,6%	4,2%	4,4%	5,2%	13,6%	4,5%	4,0%	4,6%
2011-14	4,2%	4,2%	7,4%	2,8%	3,0%	9,4%	3,7%	4,3%	2,4%
2013-14	7,8%	7,6%	8,3%	8,6%	4,9%	2,5%	7,5%	7,9%	3,2%

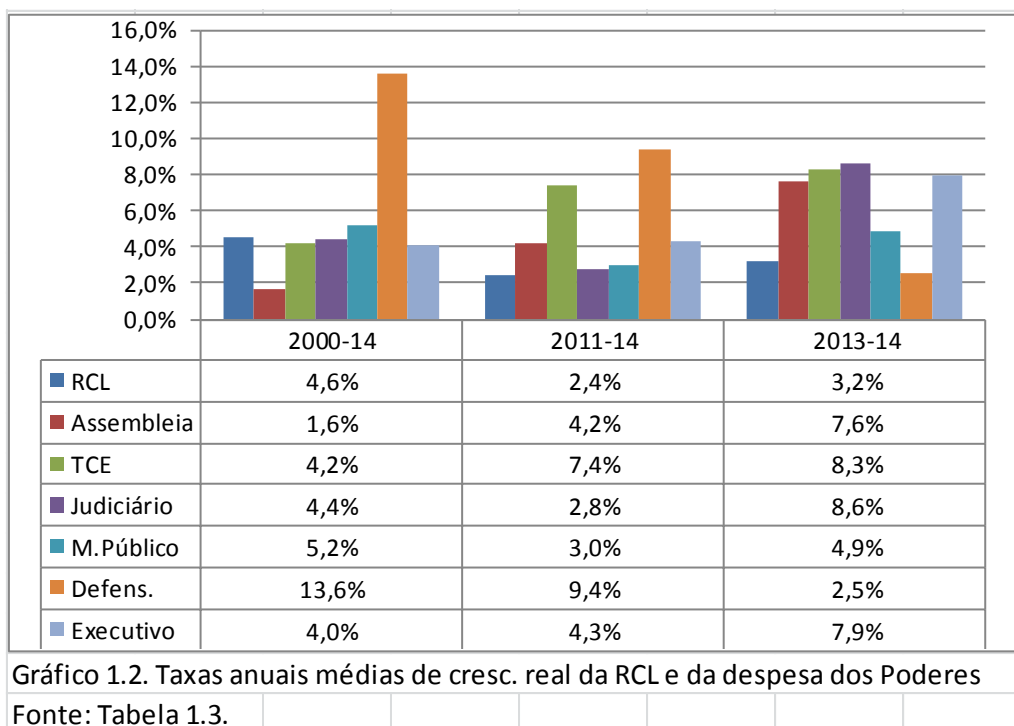
Fonte: Elaboração própria com base nos balanços e RREOs do Estado.

(\*) Receitas correntes de toda a administração (direta e indireta) menos transferências intra e ao Fundeb e Municípios.

O gráfico 1.2 mostra a taxa de crescimento real anual da RCL e da despesa dos Poderes entre 2000 e 2014, 2011-2014 e 2013-2014. Entre 2000 e 2014, com exceção do Ministério Público e da Defensoria Pública que cresceram mais, todos os Poderes cresceram menos que a RCL, embora o Poder Judiciário (4,4%) ficou próximo da RCL (4,6%).

Já no período **2011-2014 todos cresceram acima da RCL, sendo que o TCE cresceu o triplo e a Defensoria, quatro vezes.**

No ano de 2014, em relação ao ano anterior, com exceção da Defensoria Pública (2,5%), que cresceu muito no período 2011-2014, todos os demais órgãos cresceram muito acima da RCL.



## 2. Crescimento da despesa por grupos

A tabela 2.1 verifica-se que enquanto a despesa total cresceu 83,2% no período, a despesa corrente cresceu 86,5% e os investimentos, 41%. A RCL cresceu 95,8% pouco acima da despesa corrente.

Já no período 2011-2014, enquanto a RCL cresceu 10,1% nos quatro anos, a despesa corrente cresceu 22,4% e a despesa total, 17,8%. Em 2014, a situação não foi diferente: para uma RCL de 3,2%, a despesa corrente cresceu 7,4% e a despesa total, 7,8%. Houve total desequilíbrio das finanças estaduais, que só foi possível enfrentá-lo com o uso maciço dos **depósitos judiciais**.

Os depósitos judiciais, no caso, foram **nefastos** ao equilíbrio das finanças, porque permitiram criar despesas permanentes, enquanto eles eram esgotáveis e, como tal, se esgotaram. Isso explica a causa recente do desequilíbrio financeiro do Estado.

Tabela 2.1. Evolução da despesa total, com investimentos e correntes e RCL, 1999-2014							
Em R\$ 1.000,00 constante pelo IPCA.							
Anos	Despesa total	Investimentos	Despesas correntes	Despesa total	Investimentos	Despesas correntes	RCL
1999	17.358.447	1.258.937	16.099.510	100,0	100,0	100,0	100,0
2000	18.425.974	1.988.299	16.437.675	106,1	157,9	102,1	107,8
2001	18.964.858	1.406.560	17.558.298	109,3	111,7	109,1	116,3
2002	19.123.537	970.683	18.152.854	110,2	77,1	112,8	119,7
2003	18.991.914	1.403.703	17.588.211	109,4	111,5	109,2	120,5
2004	19.566.292	1.122.480	18.443.812	112,7	89,2	114,6	124,9
2005	20.016.352	981.936	19.034.416	115,3	78,0	118,2	133,2
2006	21.062.982	1.017.566	20.045.416	121,3	80,8	124,5	138,6
2007	20.770.731	591.924	20.178.808	119,7	47,0	125,3	141,8
2008	23.521.833	924.062	22.597.771	135,5	73,4	140,4	158,8
2009	22.580.963	882.462	21.698.501	130,1	70,1	134,8	157,7
2010	26.986.217	2.458.435	24.527.782	155,5	195,3	152,4	177,8
2011	25.874.350	1.314.668	24.559.682	149,1	104,4	152,5	175,6
2012	27.263.445	1.381.343	25.882.102	157,1	109,7	160,8	179,5
2013	29.480.027	1.519.934	27.960.093	169,8	120,7	173,7	189,8
2014	31.793.888	1.774.756	30.019.133	183,2	141,0	186,5	195,8
Crescimento no período 2011-2014				17,8%	(*)	22,4%	10,1%
Crescimento em 2014 sobre 2013				7,8%	16,8%	7,4%	3,2%
Fonte: Elaboração própria com base nos balanços e RREOs do Estado.							
(*) Não calculado por investimentos de 2010 ficarem muito acima da média, descaracterizando a comparação, que deve ser em função da RCL.							

A Tabela 2.2 mostra a evolução da despesa com pessoal e das outras despesas correntes (ODC). A despesa com pessoal, depois de corresponder a 61% da RCL em 2010, cresceu novamente para 70,2% em 2014. Nos últimos quatro, anos ela cresceu a uma taxa anual de 6,1%, enquanto a RCL evoluiu à taxa anual de 2,4%. No último ano, o crescimento da despesa com pessoal foi 7,4% e o da RCL, 3,2%. As ODC cresceram a uma taxa de 6,7% no período e de 7,2% no último ano.

Tabela 2.2. Pessoal e outras despesas correntes (ODC), 1999-2014						
Em R\$ 1.000,00 constantes.						
Anos	Despesa c/pessoal	Relativo	Pessoal/ RCL	ODC	Relativo	ODC/RCL
1999	12.265.480	100,0	78,0%	3.834.030	100,0	24,4%
2000	12.169.798	99,2	71,8%	4.267.877	111,3	25,2%
2001	12.853.026	104,8	70,3%	4.705.272	122,7	25,7%
2002	13.866.682	113,1	73,7%	4.286.172	111,8	22,8%
2003	13.626.745	111,1	71,9%	3.961.466	103,3	20,9%
2004	13.354.484	108,9	68,0%	5.089.328	132,7	25,9%
2005	13.629.795	111,1	65,1%	5.404.621	141,0	25,8%
2006	14.638.288	119,3	67,2%	5.407.128	141,0	24,8%
2007	15.010.415	122,4	67,3%	5.168.393	134,8	23,2%
2008	15.384.198	125,4	61,6%	5.546.671	144,7	22,2%
2009	15.909.500	129,7	64,1%	5.789.001	151,0	23,3%
2010	17.048.676	139,0	61,0%	6.480.411	169,0	23,2%
2011	17.726.646	144,5	64,2%	6.833.036	178,2	24,7%
2012	18.763.546	153,0	66,5%	7.118.556	185,7	25,2%
2013	20.117.570	164,0	67,4%	7.842.523	204,6	26,3%
2014	21.611.467	176,2	70,2%	8.407.666	219,3	27,3%
Taxas anuais:						
2000-2014		3,8%			5,4%	
2011-2014		6,1%			6,7%	
2013-2014		7,4%			7,2%	
Fonte: Elaboração própria com base nos balanços e RREOs do Estado.						

O serviço da dívida foi o grupo de despesa que menos cresceu, depois dos investimentos, Cresceu 66% reais no período de quinze anos. Em 2014 representava 10,6% da RCL, depois de representar 12,5% em 2009 e 13,7% em 2003, por exemplo. Contribuiu muito para a redução do valor do serviço da dívida a renegociação da dívida extralimite com o Banco Mundial em 2008 e 2010.

Tabela 2.3. Serviço da dívida, 1999-2014				
Em R\$ 1.000,00 constantes.				
Anos	Serviço da dívida	Relativo	RCL	Serv.dívida/ RCL
1999	1.965.295	100,0	15.724.559	12,5%
2000	2.061.511	104,9	16.955.616	12,2%
2001	2.202.073	112,0	18.286.716	12,0%
2002	2.499.887	127,2	18.815.554	13,3%
2003	2.588.131	131,7	18.947.924	13,7%
2004	2.488.058	126,6	19.633.617	12,7%
2005	2.735.502	139,2	20.946.625	13,1%
2006	2.719.319	138,4	21.790.322	12,5%
2007	2.704.944	137,6	22.302.564	12,1%
2008	2.783.611	141,6	24.969.099	11,1%
2009	2.816.203	143,3	24.803.828	11,4%
2010	2.752.957	140,1	27.959.953	9,8%
2011	2.980.650	151,7	27.615.016	10,8%
2012	3.032.644	154,3	28.229.936	10,7%
2013	3.077.741	156,6	29.837.708	10,3%
2014	3.268.887	166,3	30.790.610	10,6%

Fonte: Elaboração própria com base nos balanços e RREOs do Estado.

### 3. Estados selecionados

Para verificar a despesa com os Outros Poderes, sua variação entre 2003 e 2014 e o comprometimento da RCL com essa finalidade, foram selecionados oito Estados, representativos de 2/3 de RCL total dos Estados, conforme Tabela 3.1. Para três Estados tomamos o ano de 2004 em vez de 2003 por não encontrarmos dados satisfatórios desse ano. São eles: Bahia, Pernambuco e São Paulo.

A RCL considerada foi a receita líquida que efetivamente pertence aos Estados, que é a receita corrente deduzida das transferências entre órgãos, aos municípios e ao Fundeb. Não foi deduzida a receita de anulação de restos a pagar, porque não foi possível levantar essa informação para todos os Estados. Por isso, a RCL do Estado do RS difere um pouco da constante da primeira parte do trabalho, porque preferimos adotar para o RS nesta parte o mesmo critério adotado para os demais Estados, para manter uniformidade na análise.



Com base nas fontes citadas, elaboramos a Tabela 3.1 e o gráfico 3.1, tendo constatado o seguinte:

- a) Todos os Estados aumentaram o comprometimento da despesa dos Outros Poderes na RCL. A taxa real de crescimento da despesa foi maior que o da RCL, de 5,9% para 4,5%, respectivamente.
- b) A participação média aumentou 1,6 pp no período, com alguns Estados apresentando grande expansão, como: BA (3,5 pp), PE (2,4 pp), RJ (2,7 pp) e SC (2,3 pp).
- c) Estado de Santa Catarina, com 16,4% apresentava em 2014 o maior comprometimento da RCL com a despesa dos Outros Poderes.
- d) O Rio Grande do Sul ocupava a 2ª. Posição nesse ano. Ficou logo abaixo de Santa Catarina, com 15,9%, mas há um detalhe muito importante: **tinha a maior participação em 2003.**
- e) Isso quer dizer que a grande expansão que apresentaram os outros sete Estados não houve no RS, que manteve a mesma taxa de crescimento da RCL e da despesa (3.6%), porque **ela (a expansão) ocorreu antes dos demais Estados.** Isso significa que há mais tempo despendemos mais recursos que os demais Estados nessa finalidade, o que também demonstramos no gráfico 3.2.

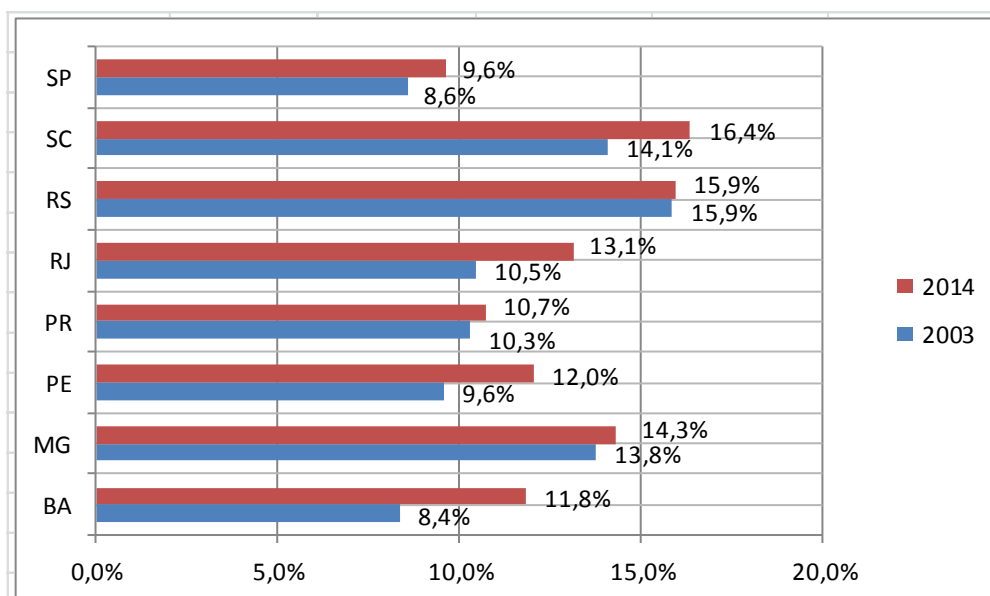
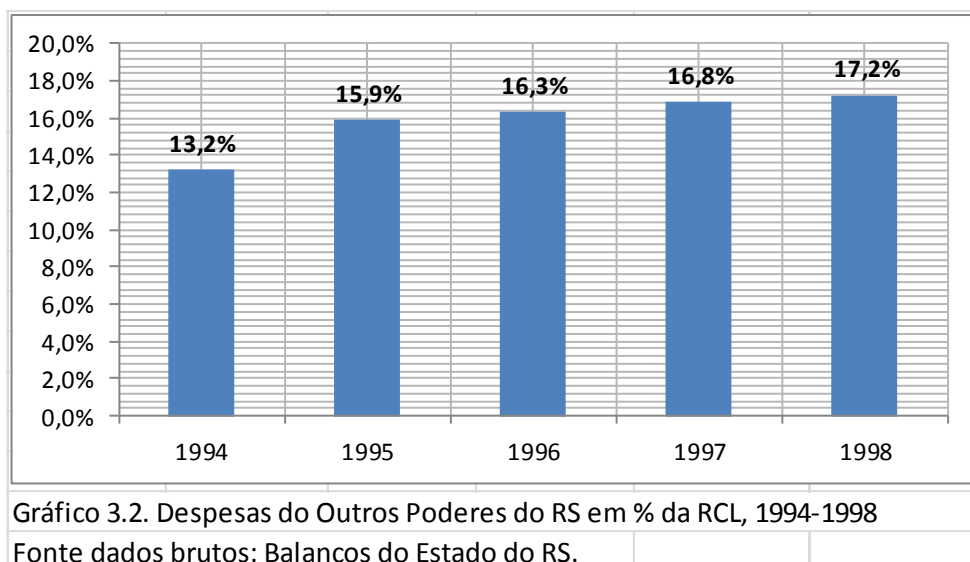


Gráfico 3.1. Participação da despesa dos Outros Poderes na RCL, 2003 e 2014

Fonte: Tabela 3.1.

Observando-se o gráfico 3.2, constatamos que desde 1995 o Estado do RS já despendia com os Outros Poderes 15,9% da RCL. Em 2014 o dispêndio foi de 13,2%. Como não há dados para os períodos anteriores, não sabemos se esse foi um dado isolado, ou se era um comportamento mantido em diversos anos. Acreditamos que o fim da inflação alta em 1994 propiciou esses ganhos adicionais que se mantiveram.

Tabela 3.1. Despesa dos Poderes e RCL de oito Estados selecionados, 2003 e 2014						
Em R\$ 1.000,00 pelo IPCA						
Estados selecionados	2003	2014	Taxa Anual	Comprometimento RCL		
				2003	2004	Var. "pp"
<b>Bahia (*)</b>						
Despesa Poderes	1.511.333	3.320.277	7,4%			
RCL	18.039.398	28.063.704	4,1%	8,4%	11,8%	3,5%
<b>Minas Gerais</b>						
Despesa Poderes	3.753.971	6.904.149	5,2%			
RCL	27.282.861	48.326.719	4,9%	13,8%	14,3%	0,5%
<b>Paraná</b>						
Despesa Poderes	1.588.245	3.164.289	5,9%			
RCL	15.410.949	29.551.189	5,6%	10,3%	10,7%	0,4%
<b>Pernambuco (*)</b>						
Despesa Poderes	1.086.656	2.330.718	7,2%			
RCL	11.321.840	19.353.505	5,0%	9,6%	12,0%	2,4%
<b>Rio de Janeiro</b>						
Despesa Poderes	3.896.658	6.256.266	4,0%			
RCL	37.242.558	47.587.929	2,1%	10,5%	13,1%	2,7%
<b>Rio Grande do Sul</b>						
Despesa Poderes	3.157.269	4.823.415	3,6%			
RCL	19.904.995	30.269.469	3,6%	15,9%	15,9%	0,1%
<b>Santa Catarina</b>						
Despesa Poderes	1.205.097	3.026.015	8,0%			
RCL	8.555.548	18.489.401	6,6%	14,1%	16,4%	2,3%
<b>São Paulo (*)</b>						
Despesa Poderes	7.448.703	13.459.683	5,5%			
RCL	86.542.121	140.085.069	4,5%	8,6%	9,6%	1,0%
<b>Crescimento médio da despesa</b>			<b>5,9%</b>			<b>1,6%</b>
<b>Crescimento médio da RCL</b>			<b>4,5%</b>			
Fonte: Estados - despesas por órgãos conforme links listados na bibliografia.						
(*) 2004 por inexistirem os dados para 2003.						



### Conclusão

A independência dos Poderes é indispensável num estado democrático de direito. Essa independência, no entanto, tem sido causa de um problema, que é o excesso de gastos.

Em 2014, vinte anos depois da edição do Plano Real, ainda foram pagos R\$ 127,2 milhões decorrentes da conversão da URV em Real, uma dívida que carece de consistência em termos econômicos.

Recentemente foram pagos auxílio moradia e auxílio alimentação, em caráter retroativo, o que implicou pagamento muito acima do teto constitucional aos membros de diversos Poderes, em alguns meses. Tudo isso, num momento em que o Estado não consegue pagar um salário adequado ao professor, isso sem falar no piso nacional; não consegue aplicar os percentuais constitucionais em saúde e atender outras funções básicas, com destaque para a segurança pública.

Também não está conseguindo pagar no vencimento as prestações da dívida e, para não atrasar os salários, não está pagando os hospitais, o transporte escolar e os fornecedores, com destaque para os da área da saúde, entre outros casos.

A despesa dos Outros Poderes no RS é uma das mais altas entre os oito Estados selecionados, e vem se perpetuando desde muitos anos, conforme vemos a seguir.

A participação da despesa dos Outros Poderes na RCL no RS, que havia passado de 14,2% em 2000 para 17,7% em 2005, passou a declinar após, alcançando 14,9% em 2010. Após esse ano subiu quase que ininterruptamente, alcançando 15,7% em 2014 (Gráfico 1.1).

No período 2000-2014, o Poder que menos cresceu a despesa foi da Assembleia Legislativa (1,6% ao ano). Cresceram abaixo da RCL, mas quase igual a ela, o TCE e o Poder Judiciário. Cresceram mais que ela o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Num Estado deficitário, como é o caso do RS, o crescimento das despesas dever ficar bem abaixo do crescimento da RCL para que se possa, com o passar dos anos, reduzir e/ou acabar com os déficits.

No último período governamental (2011-2014), a RCL cresceu a uma taxa real anual de apenas 2,4% e todos os Poderes cresceram acima, com destaque para o TCE (7,4%) e Defensoria (9,4%). No Poder Executivo, a despesa cresceu a uma taxa real de 4,3% ao ano.

Já no último ano houve uma ganstança generalizada. Para uma taxa de 3,2% da RCL, a despesa dos Outros Poderes cresceu 7,5% e no Poder Executivo cresceu ainda mais, 7,9% (Gráfico 1.2).

Em 2014, o Estado com maior participação da despesa dos Outros Poderes na RCL foi Santa Catarina (16,4%), seguida do Rio Grande do Sul (15,9%), que detinha a maior participação em 2003 (os mesmos 14,9%).

A despesa nos demais Estados em percentual da RCL cresceu 1,6 ponto percentual (pp), destacando-se Bahia (3,5 pp), Pernambuco (2,4 pp), Rio de Janeiro (2,7 pp) e Santa Catarina (2,3 pp).

Retrocedendo no tempo, verificamos que em 1995 a despesa dos Outros Poderes no Estado do RS já apresentava uma participação de 15,9%. De lá para cá eles acompanharam o crescimento da RCL. Isso seria positivo se a despesa no ano citado estive num patamar mais baixo, o que não ocorreu, porque em 2003, o primeiro ano em que foi possível comparar, o Estado do RS detinha a maior participação entre os dez principais Estados, situação essa que praticamente se manteve, porque em 2014 estava em segundo lugar, apenas 0,5 pp abaixo do que ocupa o primeiro lugar.

Porto Alegre, 29 de junho de 2015.

## **Referências bibliográficas**

Dados retirados dos balanços do Estado, site da Secretaria da Fazenda, com o que foram elaboradas as tabelas constantes do arquivo Meus documentos/Séries financeiras - CONSOLIDADO/Poderes-consol e Poderes outros estados. No tocante aos dados dos oito Estados selecionados, foram consultados os sites correspondentes aos links seguintes:

### **Bahia**

[http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco\\_anual/balancoger\\_al\\_2014.pdf](http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco_anual/balancoger_al_2014.pdf)

[http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco\\_anual/balancofinal\\_2004.pdf](http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco_anual/balancofinal_2004.pdf)

### **Minas Gerais**

[http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria\\_geral/atendimentos\\_constitucionais/exec\\_orcamentaria\\_mensal\\_index.html](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/atendimentos_constitucionais/exec_orcamentaria_mensal_index.html)

### **Paraná**

[http://www.gestaododineiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco\\_2003.pdf](http://www.gestaododineiropublico.pr.gov.br/Gestao/balanco/Balanco_2003.pdf)

### **Pernambuco**

<https://www.sefaz.pe.gov.br/Transparencia/Financas/Balanos/BALAN%C3%87O%20GERAL%20DO%20ESTADO%202014%20%20VOL%20I%20-%20PDF.pdf>

### **Rio de Janeiro**

<http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3a95716>

### **Santa Catarina**

<http://www.sef.sc.gov.br/relatorios/dcog/balan%C3%A7o-geral-do-estado>

### **São Paulo**

<http://www.fazenda.sp.gov.br/balanco/default.asp>

### **STN (balanços dos Estados)**

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/execucao-orcamentaria-dos-estados>